

BRASÃO

Director e Editor: Dr. David de Oliveira

SEMANARIO REPUBLICANO

N.º 5 DO 2.º ANO

Redacção e Administração: R. de FRANCISCO AGRA, 4

Guimarães, 17 de Fevereiro de 1924

Composição e impressão: RUA DE GIL VIDENTE, 34
MINERVA RIBEIRO. — Guimarães

SECTARISMO

Sempre que alguma coisa se faz para dar remédio á tremenda crise que atravessamos, logo a mais desencontrada critica brota de todos os recantos deste país de sábios.

Aos governos sucedem-se os governos, os decretos sucedem-se aos decretos, e não há meio de nos vermos de accordo sobre a obra dum governo ou sobre a letra de um decreto. O maldito espirito partidário, o maldito sectarismo nada poupa, nem homens nem intenções, e malsinando agora e deturpando depois, não deixa de, por todos os meios, espalhar o descrédito onde a confiança procura firmar-se e o desalento quando só a esperança convém.

No intuito de valer á angustiosa situação em que estamos, tomou o governo algumas medidas que reputou de salvação pública. Graves na sua essência, ultrapassando, algumas delas, os limites até hoje concedidos ao poder executivo, a verdade é que elas vinham sendo reclamadas há muito tempo pela opinião pública e pela imprensa que a exteriorisava. Há muito que se exigem medidas radicais contra os conhecidos abusos dos especuladores; há muito que se diz que o Estado não tem sabido defender-se das mil manhas de certos potentados que vivem de o explorar. E quando as medidas reclamadas surgem, e quando se pretende pôr cõbro a esses abusos e a essa exploração; quando, enfim, o Estado resolve encarar o problema de frente, defender-se, todos cla-

mam, todos se arvoram em criticos, uns falando em despotismo, outros em bolchevismo, mas falando de *papo* e com ares de conselheiros, impondo do alto destes ou daqueles princípios o seu *ceto* á obra do governo. E' assim que, para melhor combater as providencias tomadas pelo ministério Alvaro de Castro, a imprensa monárquica e monárquica, que eu com estes ouvidos ouvi, lançarem mão — não se riam — deste patuço argumento: é contra a liberdade das gentes. E' assim que outros, que ainda há pouco se preparavam para a ditadura, gritam agora: isto é dictatorial. Outros há que, matreiros, concordam até certo ponto: a situação é grave; mas tais poderes só se deviam dar a um governo que tivesse a confiança da Nação. Outros ainda...

Mas isto seria um nunca acabar. As opiniões são tantas como os cinco milhões de *financeiros* que existem nesta terra de finanças... arruinadas. Pelas que afficam, fácil é vêr-se qual o mobil da critica. O sectarismo, o maldito sectarismo, que não poupa homens nem intenções, e tudo subordina ao seu estreito interesse. Só elle é causa do mal estar politico em que vivemos e que nos não deixa encontrar o caminho que nos tira do atoleiro em que caímos. Esse sectarismo que herdamos talvez da Africa, talvez de uma errada educação que durou séculos, é elle que neste momento se opõe áquella união da qual nos virá a confiança e com ella a victória.

O 13 DE FEVEREIRO

Cinco anos volvidos sobre o triunfo da Republica no Porto, é dever nos recordar esse dia em que mais uma vez se justificou em Portugal a existencia da Instituição Republicana. E dever é tambem lembrar aos monárquicos sinceros (se é que realmente os ha) a forma covarde como nos ultimos momentos do efêmero Consulado de Paiva Couceiro se portaram este e os seus sequazes, fugindo vergonhosamente uns, e negando, como biltres, outros as suas crenças e a sua participação.

Facil foi a Paiva Couceiro a organização da burlesca parada do Monte Pedro. A campanha defectista iniciada pelos monárquicos ao rebeitar a grande guerra, e por elles continuada duran-

te ella, abalou profundamente o espirito nacional, porque tambem alguns republicanos (embora muitos d'esses fossem republicanos só disant) foram defectistas. Si João Pais, apoiado pelos monárquicos e ajudado por esse mesmo defectismo, proclamou-se ditador. Os monárquicos viram na situação uma ponte que, construída por cima das prisões atalhadas de republicanos, lhes havia de dar passagem facil para a restauração da Monarquia.

Incanisando e lisongeando traioçamente o ditador, rodeando-o duma cõrte especial e manhosa, nomeavam autorid-des suas, collocaram e transferiram officiaes a seu bel-prazer e cavi-

losamente trabalharam na som-

bra, á vontade e protegidos, para a abolição do Poder Republicano.

E assim proclamaram a Monarquia no Porto e assim tentaram fazer em Lisboa, marchando para Monsanto.

Aventureiros dum ideal envelhecido, sedentos de vingança e cheios do ólio acumulado durante nove anos, esquadras: penas na sua própria obra de traição, os monárquicos do Norte lançaram-se no caminho das perseguições, do latrocínio, do assalto á propriedade e á honra e até do assassinato e das agressões a sangue frio.

Que o digam os pobres sacrificados do Eden da Regoa, do Mirandela e de Vila Real. Um grupo num-roso de bandidos, a lanço por cabeça e a que chamaram traições, espalhou-se pelo Norte na triste faina de procurar republicanos e neles cevar toda a ferocidade dos seus instintos.

Principalmente em Traz-os-Montes, a triste monarquia do Norte foi um pesadillo horrivel. Da mesma forma que nos desertos d'África se evita a saída de noite com medo do chacal, assim se evitava tambem a saída de casa com medo do trauliteiro hem mais trigeiro ainda que o chacal. E' que se a fira mata para saciar a fome, o homem matava para satisfazer o ólio.

Depois viu-se. Enquanto as forças monárquicas apavoradas e sem disciplina não ousavam, concentradas em Vila Pouca, atacar Chaves indefesa, em Lamego, Abel Hipólito desbaratava as hostes de Couceiro. E nesse combate tudo se desmoronou. Da parte dos monárquicos apenas o batalhão dos académicos soube manter a honra, porque os outros fugiram como criminosos que o eram contra a sua Pátria. Foi o golpe de misericórdia.

Em 13 de fevereiro, quatro officiaes apenas com uma reduzida companhia, marcharam para a Batalha perto do Eden e do Quartel General. Uns tiros e a liberdade chegou.

O que levou desascis meses a preparar, com todos os elementos, calu estrondosamente, vergonhosamente á voz dum capitão, apoiado apenas numa centena de espingardas.

Tinha de ser assim. O que os monárquicos conseguiram por traição não tinha bases, porque não tinha ideal. O idealismo monárquico de há muito falido nunca pode ser uma Phenix que renasça. E' uma coisa que passou, que se sumiu.

No Porto, Paiva Couceiro nem ao menos esperou a luta. Feneceu-lhe o sonho, mas não quiz arriscar a vida. Se elle mesmo não tinha força moral, se os seus aulicos o tinham seguido apenas ou por mira necessidade de estomago, ou por caprichoso desejo de vingança!

Na escalada de Monsanto, os republicanos triunfaram porque souberam morrer; na derrocada da traulitania os monárquicos perderam porque só souberam fugir. Frisante contraste...

ECOS

Conto do vigário

Sicários sem alma, os republicanos... odiavam os reis, as monarquias, as tradições e curtos de cérebro (dêsse mal ainda se não curaram) liam pela cartilha da Revolução Francesa no tempo em que o bom senso e a Inteligência se riam a bom rir das teorias do vagabundo de Gênebra...

E' com estas e outras «vigarias» que o «Gil» vai entretendo as rãs da fábula, que melhor figura não fazem os do «pola grei e polo rei». E' pro-a de todos os dias, monoton e invariável, como a chindira de carro mal untado. Não nos merece por isso reparos, mas pelo facto de tratar tão mal o pobre Rousseau e a Revolução Francesa. Que diacho! O escriba deve falar com conhecimento de causa, pelos modos, e daí a seguinte proposta: Um dóce, se de lá vier, sem ser copindo, a justificação dêsse despreço por J. G. Rousseau e pela Revolução Francesa.

Valeu?...

+X+

D. Braga

Vai «botar» carta. Que arralia para o pobre do Lêdecé!

Nela sustenta que o nome que assina te los os seus escritos é sempre o mesmo. Mas é obscuro, D. Braga.

O nome já sabemos que é o mesmo. O farçante que se oculta por detrás dêsse nome é que não é o mesmo.

Vais apanhar das que não queres, Lêdecé amigo. E' bem feito, não fôsse tolo porque para um tolo um careca, para um careca um coxo e para um coxo o padre C. O que não farão os 3 reunidos contra o Lêdecé!...

Assim mesmo...

Somos informados de que certa criatura, que não tem que fazer, procura em meio de nos insultar, imputando a «coisa» a segundo.

Bom será que o menino recolla as garras. Quando não, cortar-lhas-hemos, que menos não merece quem todos os dias nos dá o Beijo de Judas.

A bom entendedor...

+X+

Pinda mussolinêsca?

O «signor» Mussolini, transcrito pelo «Ecos», entre muita coisa, diz:

«Os recursos do clero devem ser aumentados...»

«Que se pensaria de um pai que deixasse penetrar um individuo em sua casa, para porverter seus filhos?»

«Há muitos traficantes no templo. E' preciso expulsá-los.»

Apreciação do «Ecos»:
«Nobres palayna, cheias de justiça.»

Apreciação nossa:
O «signor» Mussolini pode dizer o que quiser porque o mundo é dos Mussolinis e dos Cunhas Leais.

Discordamos do aumento de recursos ao clero porque há muito padre que tem muitos «recursos».

Concordamos que há muitos traficantes no... templo. E' preciso expulsá-los.

Discordamos da apreciação do «Ecos». O «Ecos» do padre C. (o «signor» Costa é um director-decorativo, uma espécie de pingente) não pode fazer a apreciação que fez porque... não bate certo.

Será possível?!!

— Que julgassem morta esta secção?

— Que continuaremos a ser indiscretos, revelando o que a opinião pública diz á boca pequena?

— Que os Teatros continuem sem o piquete de Bombeiros, embora um dos empresários dêsse teatros o tivesse reclamado por achar justa a campanha encetada no nosso jornal?

— Que os 60 dias de licença, auferida pelo sr. Tesoureiro de Finanças, se vão prolongando demasiadamente?

— Que um ex-empregado auxiliar da Tesouraria de Finanças se julgue lesado nos seus vencimentos, cêrea de Esc. 2.000\$, estranhando mesmo que essa *quantia saisse dos cofres do Estado* como sendo para elle?!!

— Que o monumento «aos Aviadores» continue assim, ao Deus dará, só porque há insuficiência de verba para a sua conclusão?

Instrução Primária

Movimento oficial

Em circular da 10.ª Repartição da Contabilidade Pública, datada de 24 de Janeiro e recebida, em Guimarães, em 16 de Fevereiro, foi determinado ás Insp.ções Escolares:

— Que se desconte a cota mensal de 1500 a cada professor, em qualquer situação, para sustentação do Instituto do Professorado Oficial Português — Lei n.º 1:486, de 2 de Novembro de 1923;

— Que o desconto deverá effectuar-se a contar de Novembro último inclusivê;

— Que as cotas em divida deverão descontar-se na 1.ª fôlha a enviar á 10.ª Repartição;

— Que os E-tabelecimentos autónomos deverão entregar a importancia mensal dos descontos na respectiva Tesouraria de Finanças por meio de guia, conforme se faz com os demais descontos.

— Chegaram da Contabilidade as primeiras fôlhas de pagamento do mês de Fevereiro. Constatamos que vieram para a Escola Industrial e Inspeção Escolar, pelo menos. Já não é sem tempo. A correspondência tem demorado 15 dias a chegar ao seu destino, mesmo para pequenas dilacncias!

RIDENDO...

O «Equus» quer ser «Equus» com E e não com AE. Pois seja feita a sua rica vontade. Prefere ao adjectivo o substantivo. Pois sim senhor, continue lá a ser «Equus» e a dar as patadas do estilo. Lêdecê não esmorece e continua a rir de professores de latim como o tal que safu á lica em defesa daquella simpática criatura que é o homem dos bitafes.

Eu não fui o autor do ECO «O Braga não é o Bragas», porque de há muito tinha resolvido não mais lhe responder, mas isso não quere dizer que não concorde com o que se escreveu. Mas como o mitondico creador das Visões que *passam* promete nova carta, cá a espero muito atento e venerador.

Ficam, porém, prevenidos os senhores que albardam o «Equus» de que os insultos que o sr. David Braga dirige ao Lêdecê na carta prometida, os podem guardar e servir-se d'elles á vontade.

Um *petit-métre*, que para ai vagueia á espera da primeira esquinha que lhe caia sobre as costas, *doublet* de suab e tartufo, tentou morder-me, mas preparando o terreno para que eu julgasse que a mordedura vinha doutra parte.

Como tenho polainas, a mordedura não seria grave, mesmo porque o tal *petit-métre* não deve ser de grande força visto não passar dum correspondente *solícito*. Como não passa dum cratino, como aliás toda a gente o julga, supõe que eu o era também.

Oh misero cavallo lazarento, vai bater a outra freguesia.

Lêdecê.

Que humanitarismo!

A imprensa monárquica cá da cidade, em *una voce*, procurando o móbil dos crimes que ultimamente se praticaram, atira-se á República como S. Tiago aos mouros, assacando-lhe mesmo a culpa de este estado de sanguinária sede no espirito dos homens, apresentando como causa primordial a *Escola sem Deus e sem religião*.

Infelicidade completa a dos escribes monárquicos, que, não deixando de esvurmar o seu ódio contra a República, a procuram salpicar com o próprio sangue das vítimas que elles ajudaram a matar, das vítimas que morreram ás suas mãos.

E porquê alcunhá-los de criminosos, perguntarão admirados os caros leitores?

—Porque são elles os que se interessam pela absolvição dos assassinos, elles que se dizem humanitaristas, tementes a Deus e católicos praticos; elles que apregão aos quatro ventos os defeitos da Liberdade, são os próprios que se interessam pela liberdade das feras, que amanhã repetirão á scena que durante meses os revoltou aparentemente; esses, sim, são os verdadeiros criminosos, os causadores deste descalabro operado no espirito dos homens—torrando-os assassinos.

Provas! El-las claras e evidentes. Há dias foram julgados no tribunal desta comarca os autores de um crime praticado na freguesia de Mesão-Frio.

Mataram, o castigo é bem aplicado. E quereis saber quem se interessou pelos réus, a ponte de as testemunhas desdizerem o que realmente tinham dito? foi um dos maiores monárquicos e dos maiores católicos da nossa terra.

Portanto, quem tem telhados de vidro...

Os grandes empreendimentos coloniais

Angola, a vasta e riquíssima provincia ultramarina do occidente africano, está sendo alvo de s atencões gerais, mercê do resurgimento que nela se operou nestes ultimos dias.

O capital e o trabalho, encontrando hoje ali um vasto campo de applicação, tem corrido ao chamamento do governo colonial, auxiliando-o na sua obra administrativa bastante apreciavel.

O desvio para Angola da corrente emigratória, que se orientava sobretudo para o Brasil e América do Norte, é um facto que tende a acentuar-se cada vez mais.

A transferencia de capitais da metropole para Angola para a constituição de grandes companhias de exploração agricola e industrial, é um outro facto comprovado, factor importantissimo de levantamento das forças economicas da provincia, com reflexo não menos importante na economia geral do País.

Quando todos esses organismos de trabalho estiverem em perfeita laboração, é facil deduzir a grande soma de valores, agora em estado latente, e que depois hão-de marcar a sua poderosa acção no reavivar das nossas tradições colonisadoras, na fixação do nosso crédito externo e no equilibrio das nossas finanças.

De entre todas as companhias coloniais, algumas se destacam pela forma intelligente como foi organizada, toda a mecânica do seu funcionamento.

Citemos como exemplo a Sociedade Agricola e Industrial de Angola, que de há dois anos a esta parte vem cimentando o seu crédito por meio duma administração zelosa, honesta e profundamente conhecedora dos assuntos coloniais. Pretendendo euceter, depois do consciencioso estudo feito ás vastas explorações da sua concessão de 150 Mil. Hec. de terreno, a Sociedade Agricola e Industrial de Angola, está tratando activamente da sua financiamento que se nos afigura será coroada do melhor exito. A propaganda dos seus fins, métodos e cursos, feita em três elegantes volumes da sua Secção de publicidade, autoriza-nos a afirmar que este empreendimento assegura ao capital nele empregado uma boa e firme remuneração.

Imposto de transacção

Todos os contribuintes que pagam o imposto sobre o valor das transacções por meio de avença, tem que apresentar na Repartição de Finanças e durante o corrente mês, novas declarações nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 9348, de 7 de Janeiro do corrente ano.

Os que ainda não se achavam avencados, poderão, no mesmo prazo e nos mesmos termos, fazerem as suas declarações para avença.

Lêde e propagai

“A RAZÃO.”

Coisas nossas

Falar claro

Nada de subterfugios, nada de suspeitas e nada de vilanias. Façamos claro para que claramente sejamos entendidos. Outra coisa se não tem feito neste país senão atirar-se mutuamente as culpas deste descalabro, desta miséria e desta insensatez em que vivemos. A culpa não é nossa, é dos outros! Assim o afirmamos, assim o declaramos em toda a parte, em todos os recantos, libertando as costas do odioso. Não há, senhores, o culpado do que se passa. Há sim os culpados desta situação que apavora e que repugna. E esses, somos todos nós que, criminosamente, não usamos da energia precisa para que os nossos capitais interesses sejam postos em ordem. Culpados são todos os portugueses que, não pretendendo saber do futuro, e preocupando-se apenas com o presente, não tem tido a coragem necessária para nomearem um governo de competência e força.

Não passemos daqui, nem enganemos a massa anónima, pregando-lhe o contrário.

Só medidas radicais põem isto no sã. Só medidas que cortem pela raiz, os nossos vícios e defeitos, é que colocarão a ordem, onde existe a desordem. Aplicadas com ditadura? Sem ditadura? Já agora que importa, se de facto, se de verdade, estamos em plena ditadura? O que desejamos, o que queremos, porque somos acima de tudo portugueses, é sairmos deste atalho cujas tortuosidades nos impedem de atingirmos o nosso fim. Isto não pode continuar assim, não pode continuar como está! Há que sair desta situação e para isso há que aumentar as receitas, sem atender a gemidos, e há que reduzir.

Mas reduzir e não lançar poeira aos olhos do povo!

Mas reduzir, sem fazer do Estado um burlesco!

Mas reduzir, sem obrigar o Estado a faltar á palavra dada e dar assim armas aos seus inimigos, tanto internos como externos.

Não pretendemos super-homens que se proponham a melhorar todas as condições de vida, incluindo o próprio cambio. Anciamos apenas os homens que consigam estacionar essas mesmas condições. Não desejamos mais. E não honrar compromissos é, em certos casos, descer.

Os aumentos de circulação fiduciária tem sido sempre originados pelas exigencias do Tesouro, a quem cabe a responsabilidade da horrorosa importância de mais de 1.300.000 contos de notas emitidas. Esta verdade apavorante, que é inacreditavel, é que se apresenta como a mais importante causa da desgraçada situação em que vegetamos.

O maior culpado do nosso descalabro financeiro é o Estado pedulário, é o Estado gastador, é o Estado sem qualidades de governo.

Manuel Matos Júnior

Tomou posse do cargo de aspirante de Finanças, o nosso prezado amigo e correligionário, sr. Manuel de Matos Júnior, pelo que lhe apresentamos os nossos cumprimentos e felicitações.

Bravo!

Sabemos de fonte autorizada que pelo Ministério da Instrução, vai ser mandado fazer um rigoroso inquerito sobre a noticia que chegou áquele Ministério de terem, colectivamente, alguns professores do Liceu e Escola Industrial de Francisco de Holanda, enviado um telegrama

Até hoje poderá ter havido governantes que não tenham merecido aos governados a devida confiança. Mas o Estado em si, esse gosou sempre de uma confiança, podemos dizer, quasi que illimitada. Essa confiança perdeu-se com com a ultima medida de fixação de juro ao Consolidado de 6 1/2 % Ouro, pomposa e enganadoramente, pelo que vemos, intitulado—Empréstimo Nacional. Se se tratasse de uma medida de ordem geral em nome da salvação do país, admitia-se; mas o Consolidado de 1923 haveria de ser o ultimo a ser atingido. Assim, não.

Na ocasião da emissão, muitas eram as individualidades que tinham combatido a sua realisação. Em nome da salvação da Pátria, (todos se lembram ainda da custosa propaganda feita) lançou-se apesar de tudo o empréstimo, que foi particularmente dirigido ao pequeno capitalista, áqueles que por esse país fora, temendo os Bancos, tinham as suas economias arrecadadas ao canto da arca, e, em geral, ao povo trabalhador e consumidor. A todo aquelle que tinha uns magros vintens, disse-se para os aplicar no então tão simpatico empréstimo de salvação nacional, porque os mesmos ficavam plenamente garantidos.

E todo o povo, porque foi na maioria o povo que não esbanja, acorreu com o pouco que tinha acumulado durante uma vida inteira de trabalho, fadiga e desgosto, a salvar o País, emprestando-lhe aquilo que os seus braços e o suor do rosto tinham conseguido.

Era a applicação do pé de meia, como declaravam os de cima.

E agora, a infeliz attitude do Estado, pelas disposições do Governo, assemelha-se á conhecida história da transacção dos papéis velhos... para distribuição pelos pobres!

As communicações governamentais de então sensibilizaram-me e conseguiram avivar o meu patriotismo. A minha situação, as ordens recebidas de propaganda e o meu sentimento patriótico, obrigaram-me a proclamar na imprensa desta terra, na rua, e, em toda a parte onde me encontrasse, a vantagem de tal empréstimo, e, muito principalmente, o dever que a todos os portugueses assistia de salvarem a Nação do abismo.

Ludibriel, portanto, os meus amigos conhecidos. Enganei todos aquelles com quem me dava, já por motivos officiaes, já por motivos particulares. Mentia a todos os que me acreditaram. E menti, enganei e ludibriel, porque julgava que nunca chegaria ao extremo de ver um Governo do meu País enveredar por tão desonroso e injusto caminho.

XERXES.

de felicitações ao Cens. Theiro João Franco, por occasião do seu aniversário, manifestação que o Governo considerou desafectiva ás instituições vinentes.

... Do Estrangeiro

ITALIA—ROMA:

Devido ao ultimo e intenso frio congelou a lagôa de Venezia o que se não presenciava há muitos anos. Em certos pontos

o gelo é tão sólido que permitte aos operários que residem em Combalto, dirigirem-se para o trabalho em Urestre, atravessando a lagôa.

Propagai “A Razão.”

Semanário republicano.

Éditos de 30 dias

(1.ª Publicação)

Pelo Juizo de Direito desta comarca e cartório do escriptão abaixo assinado, correm éditos de 30 dias, que se començaram a contar depois da segunda e ultima publicação deste anúncio, citando os interessados António Leite, casado com Delfa Gomes, ausentes em parte incerta do Minas Gerais; Rosalina Rebelo Leite, José Rebelo Leite, ambos ausentes em parte incerta do Rio de Janeiro; e Marcelina Leite, casada com Joaquim Gonçalves, ausentes em parte incerta de S. Paulo, todos dos Estados Unidos do Brasil, para assistirem a todos os termos até final do inventário orfanológico a que se procede por óbito de António Ferreira, solteiro e morador que foi no lugar das Boueiohas, freguesia de Serzêdo, desta comarca.

Guimarães, 17 de Dezembro de 1923.

Verifiquei a exactidão.

O Juiz de Direito,

Amadeu G. Guimarães.

O escriptão do 4.º officio,

Rodrigo Augusto da Graça Alves.

Banco de Portugal

Delegação em Guimarães

Até ás 15 horas do dia 15 de Março proximo futuro, recebem-se requerimentos de admissão ao concurso para lugares de escripturarios desta Delegação.

As provas practicas, que deverão realizar-se em data e local que oportunamente serão annunciados, só poderão ser admitidos individuos com a idade de 20 a 30 anos, que porem ter prestado o serviço militar obrigatório ou dêle estarem isentos e estarem habilitados com o curso geral dos liceus (quinto ano) ou qualquer dos cursos officiaes do comércio; ou, na falta destes cursos, que provem ter três anos de boa pratica em escriptório comercial.

Este concurso terá validade por um ano a contar da data em que se realisarem as provas practicas.

Ficam patentes nesta Delegação as restantes condições do concurso.

Guimarães, 15 de Fevereiro de 1924.

Pela Delegação do Banco de Portugal em Guimarães,

Heitor S. Campos.
Antão de Lencastre.